Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo 2

Título: A salgada conta de Dilma 2

Título: Bom começo para as contas 3

Título: Empresas brasileiras têm de pagar US$ 73 bi até 2021 4

Título: Em xeque 5

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Notas &Informações

Autor:

Título: A salgada conta de Dilma

No dia 23 de janeiro de 2013, a presidente Dilma Rousseff fez um pronunciamento em cadeia nacional para anunciar, em tom de campanha eleitoral, a prometida redução nas contas de luz em todas as regiões do País. Ela apresentou a medida como sendo o final feliz de sua política para o setor elétrico, cuja implantação havia se iniciado no ano anterior, com a controvertida Medida Provisória (MP) 579/2012. Desde sua edição, a MP vinha recebendo fortes críticas, em razão da desorganização que estava causando no setor. No pronunciamento oficial, Dilma Rousseff fez troça de seus críticos.

"Estamos vendo como erraram os que diziam meses atrás que não iríamos conseguir baixar os juros nem o custo da energia e que tentavam amedrontar o nosso povo, entre outras coisas, com a queda do emprego e a perda do poder de compra do salário", disse a presidente. Como agora é mais que evidente – quatro anos depois do episódio –, os críticos de Dilma estavam certos e ela, errada. Até hoje o voluntarismo da presidente afastada por crime de responsabilidade gera nefastos efeitos para a população. Proximamente o consumidor sentirá na pele mais uma consequência da desastrada política de Dilma Rousseff.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou o pagamento na conta de luz de indenizações às transmissoras de energia elétrica, no valor de R$ 62,2 bilhões. A origem desses valores está relacionada a investimentos em melhoria e expansão de linhas e subestações anteriores ao ano 2000, que até hoje não foram integralmente pagos. A questão envolve Dilma Rousseff, já que mais da metade do atual valor – R$ 35 bilhões, segundo cálculos da Aneel – está diretamente relacionada aos efeitos financeiros de sua política para o setor elétrico. Para reduzir a conta da energia elétrica em 2013, Dilma atrasou o pagamento dessas indenizações. No seu pronunciamento na TV, Dilma omitiu esse ponto, mas agora a conta chegou.

"O fato de não ter sido pago naquela época imputou hoje valor considerável para o consumidor, que não teve gestão na decisão de pagar ou não", disse Reive Barros, diretor do órgão regulador. A Aneel estima um aumento entre 1,13% e 11,45%, com um impacto médio de 7,17% na conta de luz. O valor exato do reajuste, que vigorará a partir do mês de julho, é ainda desconhecido, já que o preço cobrado do consumidor depende de outros itens, como, por exemplo, subsídios, custo de geração da energia de Itaipu e a variação cambial. O prazo, no entanto, já é conhecido.

A cobrança da indenização na conta de luz durará pelos próximos oito anos. Até 2025 o consumidor lembrará todo mês da manobra eleitoreira de Dilma Rousseff na conta de luz. Há ainda outro ponto importante. O custo para o País da política implantada pela presidente Dilma Rousseff para o setor elétrico foi bem mais alto que os R$ 35 bilhões. Além do que o consumidor pagará agora em razão do atraso no pagamento das indenizações às transmissoras, o Tesouro Nacional bancou, por um longo período, parte da redução da conta de luz. Ou seja, recursos públicos, oriundos da arrecadação de impostos, foram utilizados para custear a artificial diminuição no valor da conta de luz.

Tratava-se de uma ilusão a redução do preço da energia, que continuava custando o mesmo valor. A única mudança era que parte do valor era paga pelo contribuinte de maneira indireta, por meio dos recursos do Tesouro Nacional. Esse modo inventado por Dilma para maquiar o valor real da conta de luz agravou ainda mais o déficit fiscal, com os conhecidos efeitos desse desequilíbrio nas contas do governo – mais inflação, juros mais altos, menos confiança na capacidade de o Estado honrar suas dívidas, menos investimentos. A presidente Dilma Rousseff não reduziu a conta de luz. Na verdade, o que ela fez foi obrigar o País a pagar, com altos juros, o preço de sua política populista e eleitoreira. A conta, na verdade, só ficou mais salgada. Até 2025.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Notas &Informações

Autor:

Título: Bom começo para as contas

Há notícias boas e animadoras nas contas públicas de janeiro, mas o governo ainda terá um caminho difícil até as metas deste ano. A administração federal tem contido os gastos, a maioria dos Estados e municípios continua no azul e o primeiro mês do ano foi fechado com superávit primário de R$ 36,71 bilhões para o conjunto do setor público. Um ano antes o resultado primário, também positivo, havia ficado em R$ 27,91 bilhões. Esse indicador é calculado sem a despesa de juros.

Saldo positivo é normal em janeiro, mas os números, desta vez, apontam a perspectiva de um avanço na arrumação das finanças oficiais, o desafio imediato do presidente Michel Temer e de sua equipe. O déficit primário acumulado em 12 meses passou de R$ 155,79 bilhões em dezembro para R$ 146,99 bilhões no mês seguinte. O do governo central, compensado parcialmente pelo melhor desempenho das administrações estaduais, diminuiu de R$ 159,47 bilhões para R$ 154,08 bilhões. Ao consolidar as contas do setor público os economistas do Banco Central (BC) põem o foco nas necessidades de financiamento.

É esse o critério para definição de equilíbrio, déficit ou superávit. O balanço do governo central preparado pelo pessoal do Tesouro considera somente a diferença entre receitas e despesas primárias, isto é, sem as variações da dívida pública. Mais limitado sob alguns aspectos, o relatório publicado pelo Tesouro mostra, no entanto, alguns importantes detalhes a mais. Por essas contas, o superávit primário da administração central – Tesouro, BC e Previdência – chegou a R$ 18,97 bilhões em janeiro. Descontada a inflação, esse valor foi 21,4% maior que o de um ano antes. (...)

Mas a arrecadação foi reforçada, no ano anterior, pelo ingresso atípico de R$ 11,1 bilhões de bônus vinculados à concessão de 29 usinas hidrelétricas. O governo certamente dependerá, neste ano, de receitas atípicas para fechar suas contas com um déficit primário igual ou inferior aos R$ 139 bilhões programados para a administração central. É preciso ir muito além e reiniciar a geração de superávits primários. Com isso será possível normalizar o pagamento de juros e, em seguida, controlar e reduzir o endividamento público. A dívida bruta do governo geral ficou em janeiro em 69,7% do PIB, uns 20 pontos acima do padrão dos emergentes. Mas o jogo envolve outras complicações.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Altamiro Silva Junior

Título: Empresas brasileiras têm de pagar US$ 73 bi até 2021

As empresas e os bancos brasileiros têm US$ 73,2 bilhões de dívidas que vencem até 2021, 36% do total da América Latina, de acordo com um relatório divulgado ontem pela agência de classificação de risco Standard & Poor"s (S&P). A agência alerta para o crescente montante de passivos que precisam ser refinanciados na região. A maior parte da dívida, o equivalente a 89%, foi emitida em dólar, ressalta a S&P. Além disso, dos US$ 61,4 bilhões de passivos a vencer detidos pelo setor não financeiro, a maioria (75%) é de empresas avaliadas na categoria especulativa. Essas empresas costumam pagar taxas mais caras para se refinanciarem do que as classificadas como grau de investimento.

A S&P ressalta que o dólar tem registrado volatilidade no Brasil e que, mesmo com a saída da presidente Dilma Rousseff, a incerteza política e econômica ainda paira sobre o cenário da economia brasileira. O relatório destaca que o real se apreciou 22% em relação ao dólar em 2016, enquanto em 2015 havia registrado desvalorização de 33%, o que é um desafio adicional para o gerenciamento dos passivos das empresas e bancos em moeda estrangeira. (...)

Petróleo e gás. A necessidade de refinanciamento de dívida na América Latina é particularmente alta no setor de petróleo e gás, segundo o relatório. Nesse

segmento, o Brasil é o país da região com maior porcentual de passivos a vencer, respondendo por 41% do total. As empresas de petróleo, como a Petrobrás e a mexicana Pemex, estão entre as maiores emissoras de dívida da região. A S&P estima que em 2016 mais de 70% dos bônus lançados pelo setor não financeiro, cerca de US$ 20 bilhões, foram de empresas de óleo e gás.

No caso brasileiro, considerando o setor não financeiro, o total de dívidas a vencer é crescente nos próximos anos. Em 2017, são US$ 5 bilhões; em 2019, são US$ 10,8 bilhões; e no ano de 2021, são mais US$ 16,4 bilhões. Já o setor financeiro não possui passivos vencendo em 2021, mas tem US$ 3,9 bilhões em 2019 e US$ 3,5 bilhões em 2018.

A América Latina tem um total de US$ 202 bilhões de dívidas de empresas e bancos vencendo até 2021. Brasil e México respondem por 72% deste total. O setor financeiro tem US$ 56 bilhões de passivos vencendo até 2021, mas a maior parte (US$ 146 bilhões) é de empresas não financeiras.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo
Seção: Economia
Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt e Fernanda Guimarães
Título: Em xeque

Uma decisão neste mês, que considerou nulas garantias fiduciárias da Zamim Amapá Mineração, empresa em recuperação judicial, dada aos bancos estrangeiros Intesa Sanpaolo S.p.a, Canara Bank, State Bank of India e Syndicate Bank, chamou a atenção. A decisão foi baseada da tese de que tais instituições financeiras estrangeiras, não autorizadas a funcionar no Brasil, não poderiam ser titulares das garantias outorgadas. Marcelo Covac, da Madrona Advogados, aponta que tal interpretação restritiva poderia colocar esses credores em desvantagem em relação aos bancos brasileiros.

MME / ASCOM